



SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
Av. VIII, nº 50 - Bairro Carreira Comprida - CEP 33.045-090 - Santa Luzia - MG

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 CONTRATAÇÃO de empresa especializada para a cessão de direito de uso de software contendo módulo para gestão, monitoramento e auditoria da apuração do Valor Adicionado Fiscal – VAF e módulo de gestão e conferência do cálculo do índice de qualidade da educação – IQE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

#### LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Implantação e treinamento do software.	SRV	1	R\$ 196.967,23	R\$ 196.967,23
2	Locação e manutenção de software incluindo suporte técnico.	MÊS	12	R\$ 88.952,85	R\$ 1.067.434,20
3	Hora Técnica: Serviços de mentoria, englobando adequações personalização dos sistemas para atender demandas específicas do CONTRATANTE sob demanda variável.	HORA	370	R\$ 292,67	R\$ 108.290,67
<b>VALOR GLOBAL</b>					<b>R\$ 1.372.692,10</b>

2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. A contratação terá vigência estimada de 12 meses, podendo ser prorrogado, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A realização sistemática de auditoria da apuração do valor adicionado municipal e do índice de qualidade da Educação, apurado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, é de extrema relevância para as receitas municipais.

Na composição do IPM – Índice de Participação Municipal, o valor adicionado (VAF), por força do artigo 158 da Constituição Federal, tem um peso mínimo de 65% (Emenda Constitucional 108/20). No Estado de Minas Gerais a Lei nº 18.030/2009, bem como suas alterações realizadas pela Lei nº 24.431, de 14 de setembro de 2023, que se adequa ao definido na EC nº 108/20, define que o VAF tem um peso de 75%. Esse critério é o principal fator na composição do IPM, utilizado para definir a cota-parte do ICMS pertencente aos municípios. Apesar de ser uma parcela dividida para 853 municípios mineiros, a cota-parte do ICMS figura uma das principais receitas do município, dada sua relevância. Em relação ao índice de qualidade da educação a Lei 24.431, de 14 de setembro de 2023 (Diário Oficial do Estado de 15/09/2023) que altera a Lei 18.030, de 12 de janeiro de 2009, conhecida como “Lei Robin Hood”, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios mineiros. Agora, o critério educação que possuía um peso de 2%, passará a ter o percentual de 10%, para atender a Emenda Constitucional 108/2020.

É assegurado legalmente aos municípios, através do previsto na Lei Complementar nº 63/90, em seus artigos 3º (§5º e §7º), 6º, 8º, 9º e 10º, o exercício de atividades de acompanhamento, tanto do cálculo dos índices de participação como dos repasses das respectivas cotas de rateio deste ICMS pertencente a cada Município individualmente, além das operações e prestações realizadas por contribuintes do ICMS. Desta forma, é de suma importância para o município realizar auditoria da apuração do valor adicionado municipal e do índice de qualidade da educação, que está a cargo do Estado, objetivando garantir que o VAF e o critério Educação apurados para o município não contenham omissões, inconsistências e erros.

Após a publicação da Portaria SRE 175, de 17 de julho de 2020, para processamentos de documentos fiscais eletrônicos, vem sendo a cada dia mais necessário a utilização de ferramentas tecnológicas para realização desta auditoria. A apuração do VAF, de forma independente pelo município, confrontando os resultados obtidos com aqueles realizados pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF-MG, torna-se imprescindível. A aplicação destas tecnologias, com validação e cruzamentos de dados, é a única forma do município garantir sua correta cota-parte do ICMS.

A adaptação da legislação de repasse da cota-parte do ICMS pelo Estado de Minas Gerais foi realizada em conformidade com a EC 108 que, em 2020, trouxe regulamentações para o novo FUNDEB e definiu diretrizes para a distribuição dos recursos da complementação do VAAR (Valor Aluno Ano por Resultados) aos municípios. Embora a Emenda Constitucional estipulasse um prazo até o ano de 2022 para todos os Estados realizarem esta adaptação, os projetos enfrentaram obstáculos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais tendo sido aprovada e sancionada pelo Governador somente agora, em setembro de 2023. Para além das modificações nos pesos dos critérios de distribuição do ICMS, a Lei 24.431/2023 dispõe ainda sobre os parâmetros para o cálculo do Índice da Educação de cada município, tais como a concepção do indicador e a “fórmula” de cálculo do índice.

A Resolução Conjunta SEE/FJP nº 12, de 30 de outubro de 2023, estabeleceu normas e diretrizes aplicáveis aos procedimentos necessários para apuração dos dados constitutivos do cálculo do critério educação. Em síntese, O Índice de Qualidade de Educação do Município, denominado IQE, é composto por:

I - Índice de Desempenho Escolar, que refere-se à avaliação dos estudantes em exames padronizados, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Este índice mede a proficiência dos alunos em disciplinas fundamentais, como Língua Portuguesa e Matemática, nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. O peso desse índice corresponde a 50% do total do IQE;

II - Índice de Rendimento Escolar avalia o fluxo escolar dos alunos, considerando taxas de aprovação, reprovação e abandono. Este índice reflete a eficiência do sistema educacional em promover a progressão adequada dos estudantes ao longo das etapas de ensino. Seu peso corresponde a 20% do total do IQE;

III - Índice de Atendimento Educacional, mede a capacidade do município em oferecer acesso à educação para a população em idade escolar. Considera a taxa de matrícula e a cobertura educacional, especialmente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Seu peso corresponde a 15% do total do IQE;

IV - Índice de Gestão Escolar, avalia aspectos relacionados à gestão das escolas, incluindo a formação e atuação dos gestores escolares, a infraestrutura das unidades de ensino e a implementação de práticas pedagógicas eficazes. Este índice busca refletir a qualidade da administração escolar e seu impacto no ambiente educacional. Seu peso corresponde a 15% do total do IQE.

Ressaltamos, que a Lei Complementar Nº 63/1990, em seu artigo 3º estabelece: § 5º *Os Prefeitos Municipais, as associações de Municípios e seus representantes terão livre acesso às informações e documentos utilizados pelos Estados no cálculo do valor adicionado, sendo vedado, a estes, omitir quaisquer dados ou critérios, ou dificultar ou impedir aqueles no acompanhamento dos cálculos.*

A checagem da apuração do Valor Adicionado Fiscal e acompanhamento do critério Educação se fazem necessárias para que o gestor não incorra no risco de responsabilização na renúncia de receita devida ao município, visto que o Estado disponibiliza os arquivos necessários para que seja feita a conferência.

Assim, dada a relevância da questão, o município vem descrever neste Termo de Referência as especificações técnicas para aquisição da cessão de uso de software para realização da auditoria da apuração do valor adicionado fiscal e acompanhamento do Critério educação, referente ao município.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

A solução pretendida consiste na contratação de empresa especializada para disponibilização de plataforma tecnológica integrada, em ambiente totalmente web, destinada à gestão, monitoramento, auditoria, conferência e análise da apuração do Valor Adicionado Fiscal – VAF e do Índice de Qualidade da Educação – IQE, incluindo cessão de direito de uso do software, implantação, parametrização, treinamento operacional, suporte técnico especializado, manutenção corretiva e evolutiva, bem como prestação de serviços técnicos complementares sob demanda.

A contratação contempla solução tecnológica de caráter continuado e estratégico, concebida para atender às necessidades permanentes da Administração Municipal relacionadas ao acompanhamento da composição do Índice de Participação dos Municípios – IPM, utilizado na repartição constitucional das receitas do ICMS pertencentes aos municípios mineiros.

A solução deverá operar integralmente em ambiente web, no modelo Software as a Service – SaaS, permitindo acesso remoto seguro aos usuários autorizados, sem necessidade de instalação local de aplicações, garantindo maior eficiência operacional, disponibilidade contínua, escalabilidade tecnológica e atualização permanente da plataforma.

Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução deverá abranger todas as etapas necessárias à plena operacionalização e sustentação dos serviços, compreendendo:

- implantação inicial da plataforma;
- parametrização dos módulos;
- migração e estruturação de bases de dados;
- configuração de usuários e perfis de acesso;
- treinamento operacional dos servidores;
- processamento e armazenamento das informações;
- suporte técnico contínuo;
- manutenção corretiva e evolutiva;
- atualização tecnológica;
- sustentação operacional da solução;
- adequação contínua às alterações legais, normativas e operacionais.

A solução deverá ser estruturada de forma a assegurar continuidade operacional, rastreabilidade das informações, integridade dos dados processados, segurança da informação e aderência às normas tributárias e educacionais aplicáveis.

No que se refere ao módulo de auditoria do Valor Adicionado Fiscal – VAF, a solução deverá possibilitar o processamento automatizado das informações disponibilizadas pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG, incluindo arquivos de ATIVOS, RETORNOS do VAF/DAMEF, Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI, PGDAS-D, DEFIS e documentos fiscais eletrônicos em formato XML, tais como NF-e, NFA-e e CT-e.

O sistema deverá realizar cruzamentos inteligentes de dados fiscais, reconstrução da DAMEF a partir da EFD ICMS/IPI, identificação automatizada de inconsistências, geração de relatórios técnicos, emissão de notificações eletrônicas e disponibilização de ferramentas analíticas destinadas ao acompanhamento da correta apuração do VAF municipal.

A solução deverá permitir, ainda, auditoria específica de operações relacionadas ao transporte de cargas, créditos externos, exclusões do VAF, movimentações de contribuintes optantes pelo Simples Nacional, bem como validação das informações prestadas pelos contribuintes perante a SEF/MG.

No tocante ao módulo de monitoramento do Índice de Qualidade da Educação – IQE, a solução deverá possibilitar o carregamento, tratamento e análise das bases de dados oficiais utilizadas pelo Estado de Minas Gerais para composição do índice educacional, especialmente aquelas provenientes do SIMAVE, INEP, Censo Escolar e demais bases previstas na Resolução Conjunta SEE/FJP nº 12/2023.

A plataforma deverá disponibilizar funcionalidades destinadas à análise comparativa dos indicadores educacionais, acompanhamento histórico da evolução dos índices, elaboração de gráficos, rankings, relatórios gerenciais, cruzamentos de dados e identificação de eventuais divergências nos cálculos publicados pelos órgãos estaduais competentes.

A solução deverá contemplar mecanismos de controle de acesso por níveis hierárquicos, gestão de usuários, rastreamento de operações, armazenamento seguro das informações, emissão de relatórios gerenciais e ferramentas de apoio à tomada de decisão estratégica pela Administração Municipal.

Além das funcionalidades operacionais, a contratação contempla suporte técnico especializado e treinamento dos servidores municipais, assegurando adequada utilização da plataforma, transferência de conhecimento operacional e continuidade administrativa.

A empresa contratada deverá disponibilizar canais permanentes de atendimento técnico, garantindo suporte remoto tempestivo para solução de eventuais falhas, inconsistências ou dificuldades operacionais verificadas durante a utilização da plataforma.

A solução deverá possuir arquitetura tecnológica compatível com padrões modernos de segurança da informação, utilizando protocolo HTTPS, certificado digital SSL válido, mecanismos de backup, controle de acessos, redundância operacional e proteção contra perda ou corrupção de dados.

Considerando as disposições da Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a Reforma Tributária, a solução também deverá possuir capacidade evolutiva para futura adaptação aos mecanismos de auditoria e acompanhamento do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, observando o período de transição entre os modelos tributários atualmente vigentes e o novo sistema tributário nacional.

A contratação contempla, ainda, prestação de horas técnicas especializadas sob demanda, destinadas à realização de adequações específicas, parametrizações complementares, customizações, apoio operacional avançado, mentoria técnica e demais ajustes necessários ao atendimento das particularidades operacionais da Administração Municipal.

Por se tratar de solução estratégica relacionada à proteção das receitas públicas municipais, a plataforma deverá possuir elevada confiabilidade operacional, capacidade analítica avançada e mecanismos automatizados de validação e conferência das informações processadas, reduzindo riscos de inconsistências, perdas arrecadatórias e falhas de controle administrativo.

A solução pretendida encontra-se alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, governança, transformação digital e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, demonstrando-se tecnicamente adequada, operacionalmente necessária e compatível com as necessidades institucionais da Administração Municipal.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Da exigência de PROVA DE CONCEITO (POC)- AMOSTRA**

5.1. A licitante vencedora deverá apresentar no dia seguinte ao da realização do certame, o software disponibilizado para realização do acompanhamento e auditoria da apuração do vaf municipal, bem como à conferência e controle do cálculo do índice de qualidade da educação (iqe). A avaliação acerca da exatidão, cumprimento e conformidade com as especificações e características mínimas e demais exigências no Termo de Referência acontecerá durante a realização da Prova de Conceito do software.

5.2. Os requisitos técnicos do software demonstrados pelo licitante na Prova de Conceito serão avaliados pela Comissão Técnica de Avaliação (CTA), criada exclusivamente para esta finalidade, cujos membros serão escolhidos livremente e designados pela ADMINISTRAÇÃO.

5.3. A Prova de Conceito do software deverá ser feito em local e data estabelecida pelo Pregoeiro, que disponibilizará um equipamento com acesso à internet, bem como arquivos para importação.

5.4. Os demais licitantes serão formalmente comunicados do local, data e hora designados, a fim de indicarem, se assim o desejarem e até o prazo estabelecido na comunicação, o seu representante que participará da Prova de Conceito.

5.5. Apenas os membros da Comissão Técnica de Avaliação poderão fazer perguntas ou solicitar esclarecimentos ao representante do licitante enquanto o mesmo estiver demonstrando o requisito.

5.6. Após o encerramento da seção de avaliação será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para o os demais licitantes apresentarem recurso sobre a demonstração feita pelo licitante vencedor, desde que manifeste a intenção neste sentido ao final da seção.

5.7. Havendo a intenção de apresentação de recurso por parte de algum licitante a Comissão deliberará à conformidade ou não do sistema demonstrado, após o encerramento do prazo previsto no item anterior, em até 02 (dois) dias úteis.

5.8. Não havendo a intenção de nenhum licitante em apresentar recurso, ou não havendo representante de nenhum outro licitante na seção, a Comissão poderá deliberar imediatamente após o encerramento dos trabalhos ou no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

**5.9. O não atendimento de pelo menos um requisito OBRIGATÓRIO, constante no quadro dos itens de avaliação, ensejará em desclassificação do licitante. Já dentre os itens NÃO OBRIGATÓRIOS o licitante deverá atender pelos menos 90% deles, conforme quadro de itens de avaliação anexo.**

5.10. No caso de desclassificação será concedido o prazo de 02 (dois) para o licitante desclassificado apresentar recurso contra a decisão da CTA.

5.11. A Comissão Técnica de Avaliação deverá julgar o recurso do licitante no prazo de 02 (dois) dias.

5.12. Mantida a desclassificação do licitante, o Pregoeiro convocará a 2ª melhor oferta proposta, sendo aplicável todas as disposições na busca da proposta mais vantajosa.

5.13. No caso de classificação do licitante, o Pregoeiro ou a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação.

5.14. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo pregoeiro, pela Comissão Técnica de Avaliação e pelos licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar ainda as assinaturas da equipe de apoio, sendo-lhe facultado este direito.

5.15. O licitante vencedor da etapa de preço, habilitado, e convocado para realização da PROVA DE CONCEITO, deverá apresentar TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE PARA REALIZAÇÃO DAPROVA DE CONCEITO, conforme modelo anexo.

5.16. Os demais licitantes que queiram assistir à realização da PROVA DE CONCEITO, deverão apresentar o TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE PARA TERCEIROS INTERESSADOS NA SESSÃO DA PROVA DE CONCEITO, conforme modelo anexo.

5.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

## **bcontratação**

5.18. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.19. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

## **Garantia da contratação**

5.20. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

5.21. *O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.*

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

6.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

*7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

7.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

7.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

7.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

7.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

7.12. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

7.13. Acompanhar a execução do objeto;

7.14. Verificar o cumprimento das especificações técnicas;

7.15. Registrar ocorrências durante a execução contratual.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento do Objeto

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 31 (trinta e um) úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, nos termos do [Capítulo III, Dos Prazos, artigo 10º e subsequentes, do Decreto Municipal 4.626, de 23 de Outubro de 2025](#).

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *online* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado conforme **ordem cronológica**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.



8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA-e** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **ÍNDICE DE REAJUSTE CONTRATUAL**

8.24. Os preços estipulados poderão ser reajustados a cada período de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação das propostas, pelo IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo ou, na ausência de substituto, pela média simples dos principais índices econômicos que apuram a inflação anual acumulada.

8.25. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.26. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.27. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.28. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.29. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.30 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO GLOBAL DE LOTE ÚNICO, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A seleção do fornecedor ocorrerá mediante realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global do lote único, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A adoção do critério de julgamento por lote único mostra-se tecnicamente necessária e administrativamente adequada em razão da natureza integrada da solução pretendida, da interdependência funcional entre os serviços contratados e da necessidade de preservação da compatibilidade operacional, tecnológica e gerencial da plataforma a ser disponibilizada ao Município.

A contratação envolve conjunto indivisível de serviços especializados e integrados.

Os itens que compõem a contratação possuem relação direta de dependência técnica e operacional, de modo que sua eventual fragmentação poderia comprometer a integridade, interoperabilidade, estabilidade e eficiência da solução tecnológica pretendida.

A segregação dos serviços em itens independentes ou múltiplos lotes poderia ocasionar: incompatibilidade entre módulos e funcionalidades; conflitos de responsabilidade técnica entre fornecedores distintos; dificuldades de integração tecnológica; aumento dos riscos operacionais; prejuízo à continuidade dos serviços; elevação dos custos administrativos de gestão contratual; comprometimento da eficiência operacional da solução; maior risco de falhas no suporte e manutenção da plataforma.

Além disso, considerando que o objeto envolve solução tecnológica especializada de natureza sistêmica e integrada, a centralização da execução contratual em único fornecedor favorece a padronização operacional, a uniformidade tecnológica, a rastreabilidade das atividades executadas e a responsabilização objetiva da contratada quanto ao desempenho integral da solução.

A adoção do **lote único** também se revela mais vantajosa sob a ótica da economicidade e da eficiência administrativa, uma vez que reduz custos indiretos relacionados à gestão de múltiplos contratos, fiscalização fragmentada, interfaces técnicas entre fornecedores distintos e riscos de descontinuidade operacional.

Importa destacar que a opção pelo **lote único** não restringe indevidamente a competitividade do certame, considerando a existência de mercado especializado apto ao fornecimento integral da solução, conforme demonstrado no levantamento de mercado realizado no Estudo Técnico Preliminar.

A modelagem adotada encontra respaldo no art. 40, §3º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual o parcelamento do objeto deverá ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, hipótese que **não se verifica no presente caso** em razão da natureza integrada, contínua e interdependente dos serviços contratados.

Dessa forma, conclui-se que o julgamento pelo menor preço global do lote único representa a alternativa mais adequada ao interesse público, assegurando maior eficiência operacional, segurança tecnológica, racionalização administrativa e melhor execução contratual, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e governança previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

## Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

## 10. Habilitação jurídica

10.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

10.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

10.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

10.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 11. Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital e Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.6. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital e Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## 12. Qualificação Econômico-Financeira

12.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

12.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

12.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

12.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

12.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º). 12.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

12.7. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

### 13. Qualificação Técnica

#### 13.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

13.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

13.1.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

13.1.3. Atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

13.1.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

13.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

13.1.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13.1.7. Deverá ser apresentado **Atestado de Capacidade Técnica** em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante desempenhado atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

Considerando que apuração do valor adicionado fiscal é realizada pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, com a finalidade de estabelecer o índice de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS;

Considerando que o índice do valor adicionado, conforme a Lei nº 18.030/2009, bem como suas alterações realizadas pela Lei nº 24.431, de 14 de setembro de 2023, possui peso de 75% na composição do índice de participação;

Considerando que a Lei Complementar Nº 63/1990, em seu artigo 3º, § 5º, estabelece que os Prefeitos Municipais, as associações de Municípios e seus representantes terão livre acesso às informações e documentos utilizados pelos

Estados no cálculo do valor adicionado, sendo vedado, a estes, omitir quaisquer dados ou critérios, ou dificultar ou impedir aqueles no acompanhamento dos cálculos;

**14. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:**

14.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

14.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

14.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

14.1.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

14.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

14.1.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

14.1.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

15.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.372.692,10 (Um milhão trezentos e setenta e dois mil seiscentos e noventa e dois reais e dez centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima

15.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## **16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

16.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.026.002.04.129.2012.2746 - MANUT. DA GERÊNCIA TRIBUTÁRIA

Elemento da Despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Ficha: 289 Fonte de Recurso: 1500

16.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Santa Luzia/MG, 11 de junho de 2026

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

**AUTORIDADE MÁXIMA DA SECRETARIA  
REQUISITANTE  
(OU AUTORIDADE SUPERIOR)**

Lincoln Tadeu Cardoso  
Secretário Municipal de Finanças  
**Matrícula: 38752**

Santa Luzia, 11 de junho de 2026.

**ANEXO I**

**TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE PARA PARTICIPAÇÃO EM PROVA DE CONCEITO**

Pelo presente instrumento, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA**, inscrito no CNPJ nº 18.715.409/0001-50, com sede na Av. VIII, nº 50, Carreira Comprida, Santa Luzia/MG CEP: 33045-090, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**, ora denominado **COMPROMISSÁRIO**, e de outro:

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, denominado **COMPROMITENTE-LICITANTE** e seu fiel representante para realização da PROVA DE CONCEITO, \_\_\_\_\_ (identificar), denominado **REPRESENTANTE**, estabelecem:

**CONSIDERANDO** o disposto nos artigos 250, 251 e 851 do Código Civil (Lei 10.406/2002), o disposto nos incisos II e III do artigo 6º da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), bem como o disposto nos Crimes Contra a Administração Públicos tipificados nos art. 325 a 327 do Código Penal Brasileiro, e aplicando-se, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as demais legislações pertinentes;

**CONSIDERANDO** que para bom e fiel desempenho das atividades de apresentação do software para comprovação de cumprimento e conformidade com as especificações e características mínimas e demais exigências do Edital de Licitação, faz-se necessária a disponibilização de informações técnicas e confidenciais por parte do Município **COMPROMISSÁRIO**, bem como dos demais licitantes participantes, o **COMPROMITENTE-LICITANTE E O REPRESENTANTE**, declara estar ciente de todo o teor do presente Termo que se regerá pelas seguintes condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente termo é a proteção das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS disponibilizadas pelo Município **COMPROMISSÁRIO** em relação aos contribuintes de ICMS do Município de Santa Luzia/MG, através dos arquivos do SPED FISCAL e todo seu conteúdo, dos dados da Declaração de Movimentação Econômica e Fiscal (DAMEF), que serão utilizadas para que os vencedores da disputa apresentem o software e os requisitos técnicos de funcionamento dos sistemas objetos da licitação.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES**

Todas as informações técnicas, arquivos do SPED FISCAL e todo seu conteúdo, dados da Declaração de Movimentação Econômica e Fiscal (DAMEF), inseridas nos softwares apresentados na etapa da Prova de Conceito, serão tidas como **CONFIDENCIAIS E SIGILOSAS**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Ao final da Prova de Conceito, as referidas informações **CONFIDENCIAIS E SIGILOSAS** deverão ser **IMEDIATAMENTE EXCLUÍDAS DOS RESPECTIVOS SOFTWARES**

**APRESENTADOS** na etapa da Prova de Conceito, sob acompanhamento do avaliador responsável, com a finalidade de proteger as informações dos contribuintes de ICMS estabelecidos no Município de Santa Luzia/MG.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Serão consideradas para efeito deste termo toda e qualquer informação, seja analítica, sintética ou consolidada, de natureza técnica, operacional, comercial, jurídica, know-how, processos, sistemas de produção, logística, métodos de contabilidade, técnicas e experiências acumuladas, a que o **COMPROMITENTE-LICITANTE E O REPRESENTANTE** tenham acesso durante a sessão de realização da Prova de Conceito:

- a) por qualquer meio físico;
- b) por qualquer forma registrada em mídia eletrônica;
- c) oralmente.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE E DAS PENALIDADES**

O COMPROMITENTE através deste termo compromete-se a manter sigilo total sobre todas as informações devidamente discriminadas na “CLÁUSULA SEGUNDA”, sendo expressamente e terminantemente vedada a utilização de tais informações confidenciais em proveito próprio ou alheio.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O descumprimento do presente termo de compromisso e a não observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas, acarreta ato ilícito, tipificados no art. 186 e 187 do Código Civil, passível de indenização. Ao revelar ou facilitar a revelação de informações sigilosas que tem ciência em razão do cargo, o agente incorrerá ainda em crime contra a Administração Pública, devidamente tipificados no Código Penal Brasileiro. As responsabilidades civil e criminal respectivas serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA GUARDA DAS INFORMAÇÕES E DA VALIDADE DO INSTRUMENTO**

Todas as informações de confidencialidade e sigilo previstas neste termo terão caráter permanente. O presente instrumento tornar-se-á válido a partir da data de sua efetiva assinatura pelas partes.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO FORO**

Elege-se o foro da Comarca de Santa Luzia/MG como foro competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes da execução deste instrumento, caso não sejam solucionadas administrativamente.

Por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**COMPROMITENTE-LICITANTE**

\_\_\_\_\_  
**NOME E CPF DO REPRESENTANTE NA PROVA**

#### **ANEXO II**

#### **TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE PARA TERCEIROS INTERESSADOS NA SESSÃO DA PROVA DE CONCEITO**

Pelo presente instrumento, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA**, inscrito no CNPJ nº 18.715.409/0001-50, com sede na Av. VIII, nº 50, Carreira Comprida, Santa Luzia/MG Cep: 33045-090, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**, ora denominado **COMPROMISSÁRIO**, e de outro:

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, denominado **COMPROMITENTE-LICITANTE** e seu fiel representante para realização da PROVA DE CONCEITO,



(identificar),

denominado

**REPRESENTANTE**,estabelecem:

**CONSIDERANDO** o disposto nos artigos 250, 251 e 851 do Código Civil (Lei 10.406/2002), o disposto nos incisos II e III do artigo 6º da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), bem como o disposto nos Crimes Contra a Administração Públicos tipificados nos art. 325 a 327 do Código Penal Brasileiro, e aplicando-se, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as demais legislações pertinentes;

**CONSIDERANDO** que para bom e fiel desempenho das atividades de apresentação dos softwares para comprovação de cumprimento e conformidade com as especificações e características mínimas e demais exigências do Edital de Licitação, faz-se necessária a disponibilização de informações técnicas e confidenciais por parte do Município **COMPROMISSÁRIO**, bem como dos **LICITANTES** participantes, para permanecer durante a sessão da Prova de Conceito, o terceiro interessado, ora **COMPROMITENTE**, declara estar ciente de todo o teor do presente Termo, que se regerá pelas seguintes condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente termo é a proteção das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS disponibilizadas pelo Município **COMPROMISSÁRIO** em relação aos contribuintes de ICMS do Município de Santa Luzia/MG, através dos arquivos do SPED FISCAL e todo seu conteúdo, dos dados da Declaração de Movimentação Econômica e Fiscal (DAMEF), que serão utilizadas para que os vencedores da disputa apresentem o software e os requisitos técnicos de funcionamento dos sistemas objetos da licitação.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES**

Todas as informações técnicas, arquivos do SPED FISCAL e todo seu conteúdo, dados da Declaração de Movimentação Econômica e Fiscal (DAMEF) de contribuintes do Município de Santa Luzia/MG inseridas nos softwares apresentados na etapa da Prova de Conceito, bem como as demonstrações de funcionalidade de cada software avaliado durante a sessão, serão tidas como **CONFIDENCIAIS E SIGILOSAS**.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Serão consideradas para efeito deste termo toda e qualquer informação, seja analítica, sintética ou consolidada, de natureza técnica, operacional, comercial, jurídica, know-how, processos, sistemas de produção, logística, métodos de contabilidade, técnicas e experiências acumuladas, a que o **COMPROMITENTE** tenha acesso durante a sessão de realização da Prova de Conceito:

- a) por qualquer meio físico;
- b) por qualquer forma registrada em mídia eletrônica;
- c) oralmente.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE E DAS PENALIDADES**

O **COMPROMITENTE** através deste termo compromete-se a manter sigilo total sobre todas as informações devidamente discriminadas na “CLÁUSULA SEGUNDA”, sendo expressamente e terminantemente vedada a utilização de tais informações confidenciais em proveito próprio ou alheio.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O descumprimento do presente termo de compromisso e a não observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas, acarreta ato ilícito, tipificados no art. 186 e 187 do Código Civil, passível de indenização. Ao revelar ou facilitar a revelação de informações sigilosas que tem ciência em razão do cargo, o agente incorrerá ainda em crime contra a Administração Pública, devidamente tipificados no Código Penal Brasileiro. As responsabilidades civil e criminal respectivas serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA GUARDA DAS INFORMAÇÕES E DA VALIDADE DO INSTRUMENTO**

Todas as informações de confidencialidade e sigilo previstas neste termo terão caráter permanente. O presente instrumento tornar-se-á válido a partir da data de sua efetiva assinatura pelas partes.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO FORO**

Elege-se o foro da Comarca de Santa Luzia/MG como foro competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes da execução deste instrumento, caso não sejam solucionadas administrativamente.

Por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**COMPROMITENTE-LICITANTE**


---



---

**NOME E CPF DO REPRESENTANTE NA PROVA**


---

**ANEXO III****QUADRO DE AVALIAÇÃO DE ITENS**

Nº	ITENS PARA AVALIAÇÃO	ITEM OBRIGATÓRIO	APROVADO	
			SIM	NÃO
1	PLATAFORMA			
1.1	O software funciona 100% via WEB e é executável diretamente a partir dos principais browsers do mercado.	X		
1.2	O sistema utiliza o protocolo <b>HTTPS (Hyper Text Transfer Protocol Secure)</b> , para transferência de dados na internet de forma segura, com a utilização de um certificado seguro válido SSL (Secure Sockets Layer) emitido por uma Autoridade Certificadora (CA), para garantir a integridade, autenticidade e confidencialidade das informações recebidas e enviadas através do sistema.	X		
2	VALOR ADICIONADO FISCAL - VAF			
2.1	IMPORTAÇÃO DE ARQUIVOS			
2.1.1	O sistema permite Importação de arquivo de ATIVOS, disponibilizados por exercício, pela Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais – SEF-MG.	X		
2.1.2	O sistema permite a importação de arquivo de RETORNO, disponibilizados por exercício, pela Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais – SEF-MG.	X		
2.1.3	O banco de dados é estruturado visando o armazenamento consecutivo dos RETORNOS, isto é, permite a gravação sequencial dos arquivos de RETORNO do VAF/DAMEF, inclusive de exercícios anteriores ao ano da contratação.	X		
2.1.4	O sistema importa os arquivos da escrituração fiscal digital- EFD ICMS-IPI, como previsto no ATO COTEPE/ICMS 44, de 07 de agosto de 2018, e suas alterações.	X		
2.1.5	O sistema importa os arquivos da PGDAS-D e DEFIS – Simples Nacional	X		
2.2	CADASTRO			
2.2.1	O sistema permite a edição de campos cadastrais referente aos contribuintes constantes na tabela de ativos, objetivando a atualizações cadastrais do CONTADOR RESPONSÁVEL, tais como:			

Nº	ITENS PARA AVALIAÇÃO	ITEM OBRIGATÓRIO	APROVADO	
			SIM	NÃO
2.2.1.1	Nome			
2.2.1.2	E-mail			
2.2.1.3	Endereço			
2.2.1.4	Telefone			
2.2.2	O sistema permite associar status aos contribuintes, tais como: ativo, inativo e suspenso.	X		
2.2.3	O sistema permite, para fins de controle do cadastro do VAF, inativar contribuintes que comprovadamente encerraram suas atividades, sem, entretanto, realizar baixa de sua inscrição estadual.	X		
2.2.4	O sistema possui, na listagem de contribuintes, uma indicação de seu status, qual seja: ativo, inativo, suspenso ou outro.			
2.2.5	A ferramenta de administração do sistema permite definir usuários autorizados com permissões de acesso contendo pelo menos três níveis hierárquicos:			
2.2.5.1	Administrador: acesso a todas as funções, incluindo cadastro de usuários.			
2.2.5.2	Fiscal/Auditor: acesso às funções de operação.			
2.2.5.3	Leitor: somente para consultas.			
2.2.6	O sistema é capaz de vincular os contribuintes carregados no sistema, através do arquivo de ATIVOS ou RETORNO, aos servidores executores (fiscais ou auditores tributários).	X		
2.2.6.1	A vinculação de contribuintes aos executores é feita em um módulo específico do sistema e realizada pelo usuário administrador.	X		
2.2.6.2	O sistema permite que um determinado executor, com contribuintes associados a ele, ao efetuar o login, carregue em todas as suas telas somente os contribuintes associados a tal executor.	X		
2.3	<b>CADASTRO DE NOTIFICAÇÕES</b>			
2.3.1	Os textos das notificações contempladas no item 2.6 desta Prova são cadastrados através de um módulo de cadastro de notificações.	X		
2.3.2	O sistema apresenta módulo de cadastramento de notificações contemplando:			
2.3.2.1	Cadastro do texto da notificação			
2.3.2.2	Cadastro do assunto do e-mail			
2.3.2.3	Inserção do brasão municipal			
2.3.2.4	Cabeçalho com inserção de dados variáveis, tais como: nº do retorno utilizado, razão social, inscrição estadual, município, telefone, e-mail.			
2.3.3	O sistema permite que o fiscal/auditor tributário faça um cadastramento de sua identificação ("assinatura") e ao efetuar o login no sistema todas as notificações devem receber, automaticamente, a identificação daquele fiscal/auditor.	X		
2.4	<b>CADASTRO DO FORMULÁRIO DE RESPOSTA</b>			
2.4.1	O sistema possui um módulo para criação do formulário de resposta, utilizado pelo contador, para emitir sua resposta a uma determinada notificação.	X		
2.4.2	Este módulo contempla:			

Nº	ITENS PARA AVALIAÇÃO	ITEM OBRIGATÓRIO	APROVADO	
			SIM	NÃO
2.4.2.1	A seleção da notificação à qual o formulário de resposta estará associado. Isto é, o sistema dá a possibilidade de criar um formulário de resposta específico para cada tipo de notificação especificada no item 2.6.			
2.4.2.2	Os formulários de resposta contêm, no mínimo, os seguintes campos e ou informações:			
2.4.2.2.1	Identificação do município	X		
2.4.2.2.2	Identificação da notificação, conforme item 2.6 deste Teste.			
2.4.2.2.3	Identificação do contribuinte: inscrição estadual, razão social, CNPJ e regime de recolhimento	X		
2.4.2.2.4	Caixa de Texto, mínimo de 1.000 caracteres	X		
2.4.2.2.5	Campo para upload de arquivos e/ou documentos	X		
2.5	<b>FUNCIONALIDADES MÍNIMAS QUANTO AO PROCESSAMENTO DOS ARQUIVOS DA EFD ICMS-IPI</b>			
2.5.1	O sistema apresenta, a partir do processamento dos arquivos da EFD ICMS-IPI, todas as informações existentes no leiaute da <b>Declaração de Movimento Econômico e Fiscal – DAMEF</b> , que são utilizadas na apuração do valor adicionado fiscal. Isto é, confecciona a DAMEF através dos dados extraídos da EFD ICMS-IPI, inclusive os itens do quadro <b>EXCLUSÕES DO VAF e DETALHAMENTO DE OUTRAS ENTRADAS</b> (Registro 1400 da EFD), obedecendo todas as regras estabelecidas na Portaria SRE 175, de 17 de julho de 2020.	X		
2.5.1.1	A DAMEF obtida do processamento dos arquivos da escrituração fiscal digital – EFD ICMS-IPI apresenta também o resumo dos códigos fiscais de operação – CFOPs.	X		
2.5.2	O sistema apresenta relatório com o cruzamento COMPLETO da DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO. O cruzamento levar em conta todos os campos das Entradas, Saídas, Exclusões e Detalhamentos.	X		
2.5.3	Para as TRANSPORTADORAS, que possuem os arquivos da EFD ICMS-IPI carregados na base de dados, o sistema gera na DAMEF a aba DETALHAMENTO DE OUTRAS ENTRADAS onde os valores apresentados para cada município, neste detalhamento, são proporcionais ao total do VALOR CONTÁBIL dos fretes nele iniciado, utilizando os campos Nº 24 e Nº 25 do registro D100 da EFD ICMS-IPI, referente a cada conhecimento de transporte eletrônico – CTE, emitido pela TRANSPORTADORA.	X		
2.5.3.1	A aba DETALHAMENTO DE OUTRAS ENTRADAS do contribuinte tipo transportador / Débito e Crédito constam no cruzamento da DAMEF obtida pela EFD ICMS-IPI (DAMEF MUNICÍPIO) com aquela apresentada no arquivo de RETORNO (DAMEF SEF-MG).	X		
2.5.4	O sistema, utilizando a base de dados PGDAS-D e os arquivos de retorno da SEF-MG, apresenta relatório	X		

Nº	ITENS PARA AVALIAÇÃO	ITEM OBRIGATÓRIO	APROVADO	
			SIM	NÃO
	confrontando o VAF apurado pelo sistema com aquele apurado pela SEF-MG. O relatório apresenta: <ul style="list-style-type: none"> <li>- CNPJ</li> <li>- Inscrição Estadual</li> <li>- Razão Social</li> <li>- Total da Receita com incidência de ICMS (base de cálculo do VAF)</li> <li>- Valor Adicionado (32%)</li> <li>- VAF apresentado no arquivo de retorno SEF-MG</li> <li>- Diferença apurada</li> <li>- Total da diferença apurada</li> </ul>			
2.5.5	O sistema, utilizando a base de dados PGDAS-D e os arquivos de retorno da SEF-MG, apresenta relatório confrontando o VAF apurado pelo sistema com aquele apurado pela SEF-MG, detalhando: <ul style="list-style-type: none"> <li>- CNPJ</li> <li>- Inscrição Estadual</li> <li>- Razão Social</li> <li>- CNAE (Atividade econômica)</li> <li>- Receita com incidência de ICMS – Janeiro a Dezembro</li> <li>- Nº DE AUTENTICAÇÃO (CHAVE, ID) da PGDAS referente ao seu respectivo mês de transmissão</li> <li>- Total da Receita anual (base de cálculo do VAF)</li> </ul>	X		
2.5.6	O sistema, utilizando a base de dados DEFIS e os arquivos de retorno da SEF-MG, apresenta relatório confrontando o VAF apurado pelo sistema com aquele apurado pela SEF-MG, detalhando: <ul style="list-style-type: none"> <li>-CNPJ</li> <li>- ID da DEFIS</li> <li>- Razão Social</li> <li>- Unidade da Federação (UF)</li> <li>- Total Global de valores detalhados na DEFIS para o município</li> <li>- Cálculo do VAF (32%)</li> <li>- Valor lançado do crédito externo pela SEF-MG</li> <li>- Diferença</li> <li>- Total das Diferenças</li> </ul>	X		
2.6	<b>ENVIO DE NOTIFICAÇÕES ELETRÔNICAS</b>			
2.6.1	O sistema gera um conjunto de notificações eletrônicas, indicando possíveis inconsistências nas informações validadas pelo contribuinte na DAMEF, e envia um e-mail do contador responsável, conforme cadastro de ativos da Secretaria de Estado de Fazenda.	X		
2.6.2	As notificações, indicando possíveis inconsistências nas informações validadas pelo contribuinte na DAMEF, são disponibilizadas para envio através de correio eletrônico, com utilização do campo e-mail do contator responsável, constante no cadastro do ATIVOS, bem como possibilitar impressão para protocolo “in loco”.	X		
2.6.3	As notificações, indicando possíveis inconsistências nas informações validadas pelo contribuinte na			

Nº	ITENS PARA AVALIAÇÃO	ITEM OBRIGATÓRIO	APROVADO	
			SIM	NÃO
	DAMEF, quando enviadas eletronicamente, são apresentadas no corpo do e-mail do contador responsável, e não como anexo.			
2.6.4	No envio de qualquer notificação o sistema permite a escolha de qualquer quantidade de contribuintes a serem notificados, ou todos os contribuintes enquadrados na notificação.	X		
2.6.5	O sistema garante que o envio das notificações, indicando inconsistências nas informações validadas pelo contribuinte na DAMEF, é feito somente para contribuintes que se enquadrem dentro dos parâmetros de cada uma das notificações. O enquadramento do contribuinte nessas respectivas notificações é realizado automaticamente pelo sistema, segundo o conceito próprio de cada uma delas.	X		
2.6.6	<b>O sistema é capaz de analisar as bases de dados carregadas e gerar, por RETORNO, as seguintes notificações automatizadas para envio por meio de correio eletrônico, assim como possibilita realizar a impressão das mesmas:</b>			
2.6.6.1	<b>Manual sintético da DAMEF</b> , visando sua VALIDAÇÃO no SIARE por parte do Contador, conforme DECRETO Nº 47.861, de 10/02/2020 e Portaria SRE 175, de 17 de julho de 2020, bem como apresentação do prazo para realização desta VALIDAÇÃO.			
2.6.6.2	Carta para os contadores, existentes no arquivo de ativos disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, informando sobre os procedimentos do sistema de monitoramento da apuração do VAF, <b>incluindo inclusive a lista de contribuintes que constam no CADASTRO DE ATIVOS sob sua responsabilidade</b> , bem como informações de prazo para VALIDAÇÃO da DAMEF.			
2.6.6.3	Carta de solicitação dos arquivos da <b>ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – EFD ICMS-IPI</b> , para os contribuintes obrigados à essa escrituração digital - envio prévio ao 1º arquivo retorno;	X		
2.6.6.4	Notificação aos contribuintes <b>OMISSOS</b> da VALIDAÇÃO DAMEF, no caso das empresas do regime débito/crédito.	X		
2.6.6.5	Notificação aos contribuintes com inconsistência e/ou omissão no preenchimento do campo <b>AJUSTE DE TRANSFERÊNCIAS</b> . Campos 87 e 115 (RN 87 e RN 15), da Portaria SRE 175, de 17 de julho de 2020, disponível para edição.			
2.6.6.6	Notificação aos contribuintes com inconsistência e/ou omissão no preenchimento do campo <b>TRANSPORTE TOMADO</b> , CAMPO 112 (RN 112) da Portaria SRE 175, disponível para edição. A partir do processamento dos arquivos da EFD ICMS-IPI do contribuinte, o sistema identifica todos os CTE's, com frente iniciado no município, emitidos por <b>transportadoras não inscritas no estado</b> e, caso o somatório do valor contábil destes CTE's seja <b>SUPERIOR</b> ao CAMPO 121 (RN 121) da Portaria SRE 175, para este	X		

Nº	ITENS PARA AVALIAÇÃO	ITEM OBRIGATÓRIO	APROVADO	
			SIM	NÃO
	município, o sistema aponta o contribuinte para ser notificado.			
2.6.6.7	Notificação eletrônica às <b>TRANSPORTADORAS do regime débito/crédito</b> , sediadas em qualquer município mineiro, com fretes iniciados neste município. O sistema consolida, a partir de todos os arquivos da escrituração fiscal digital processados na base de dados, os conhecimentos de transportes emitidos aos tomadores desse serviço no município, por CNPJ e cruza com as informações de CRÉDITO EXTERNO inseridas no arquivo de retorno do VAF/DAMEF. Todas as transportadoras que informaram em suas DAMEF's, quadro Detalhamento de Outras Entradas, valor inferior ao apurado pelo sistema, é indicada pelo sistema para notificação. Nesta notificação o sistema envia também todas as chaves dos CTE's com frete iniciado no respectivo município.	X		
2.6.6.8	Notificação eletrônica às <b>TRANSPORTADORAS optantes pelo Simples Nacional</b> , sediadas em outro município mineiro, com fretes iniciados neste município. O sistema consolida, a partir de todos os arquivos da escrituração fiscal digital processados na base de dados, os conhecimentos de transportes emitidos aos tomadores desse serviço no município, por CNPJ, e cruza com as informações de CRÉDITO EXTERNO inseridas no arquivo de retorno do VAF/DAMEF. Todas as transportadoras que informaram em suas DEFIS valor inferior ao apurado pelo sistema é indicada para notificação. Nela, o sistema envia também todas as chaves dos CTE's com frete iniciado no respectivo município.	X		
2.6.6.9	Notificação aos contribuintes com divergência encontrada no QUADRO EXCLUSÕES DO VAF - coluna <b>ENTRADAS</b> , item <b>Parcela de ICMS retido por substituição tributária</b> , quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO. Campo 1 (RN1), da Portaria SRE 175, de 17 de julho de 2020, disponível para edição.	X		
2.6.6.10	Notificação aos contribuintes com divergência encontrada no QUADRO EXCLUSÕES DO VAF - coluna <b>SAÍDAS</b> , item <b>Parcela de ICMS retido por substituição tributária</b> , quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO. Campo 12 (RN12), da Portaria SRE 175, de 17 de julho de 2020, disponível para edição.	X		
2.6.6.11	Notificação aos contribuintes com divergência encontrada no QUADRO EXCLUSÕES DO VAF - coluna <b>ENTRADAS</b> , item <b>Parcela IPI que não integre base de cálculo ICMS</b> , quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO. Campo 2 (RN2), da Portaria SRE 175, de 17 de julho de 2020, disponível para edição.	X		
2.6.6.12	Notificação aos contribuintes com divergência encontrada no QUADRO EXCLUSÕES DO VAF -	X		



Nº	ITENS PARA AVALIAÇÃO	ITEM OBRIGATÓRIO	APROVADO	
			SIM	NÃO
	coluna <b>SAÍDAS</b> , item <b>Parcela IPI que não integre base de cálculo ICMS</b> , quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO. Campo 13 (RN13), da Portaria SRE 175, de 17 de julho de 2020, disponível para edição.			
2.6.6.13	Notificação aos contribuintes com divergência encontrada no QUADRO EXCLUSÕES DO VAF - coluna <b>ENTRADAS</b> , item <b>Energia/Comunicação</b> , quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO. Campo 3 (RN3), da Portaria SRE 175, de 17 de julho de 2020, disponível para edição.	X		
2.6.6.14	Notificação aos contribuintes com divergência encontrada no QUADRO EXCLUSÕES DO VAF - coluna <b>ENTRADAS</b> , item <b>Transporte (Parcela não utilizada)</b> , quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO. Campo 4 (RN4), da Portaria SRE 175, de 17 de julho de 2020, disponível para edição.	X		
2.6.6.15	Notificação aos contribuintes com divergência encontrada no QUADRO EXCLUSÕES DO VAF - coluna <b>ENTRADAS</b> , item <b>Subcontratação de Serviço de Transporte</b> , quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO. A subcontratação de transporte é calculada a partir dos CTE's emitidos por outras transportadoras inscritas neste estado e escriturados nas entradas da transportadora que esteja realizando a subcontratação. Campo 5 (RN5), da Portaria SRE 175, de 17 de julho de 2020, disponível para edição.	X		
2.6.6.16	Notificação aos contribuintes com divergência encontrada no QUADRO EXCLUSÕES DO VAF - coluna <b>SAÍDAS</b> , item <b>TRANSP. INICIADOS EM OUTROS PAÍSES/UF/ MUNICIPAL/AÉREO DE PASSAGEIRO</b> , quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO. Campo 14 (RN14), da Portaria SRE 175, de 17 de julho de 2020, disponível para edição.	X		
2.6.6.17	Notificação aos contribuintes com divergência encontrada no item <b>MUDANÇA DE MUNICÍPIO</b> , quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO. Campo 126 (RN126), da Portaria SRE 175, de 17 de julho de 2020, disponível para edição. Além de apontar a divergência para o TOTAL do item, a notificação apresenta ainda a divergência entre o valor detalhado deste item para o município na DAMEF SEF-MG com aquele apurado na DAMEF MUNICÍPIO.	X		
2.7	<b>GESTÃO DE RESPOSTAS</b>			
2.7.1	<b>O sistema deverá possuir um módulo para gerir as respostas enviadas pelos contadores às notificações expedidas. Esse módulo deverá ter, no mínimo, as seguintes funcionalidades:</b>			
2.7.1.1	Permite ao contador, a partir de uma notificação recebida, registrar sua resposta em um formulário próprio do sistema.	X		

Nº	ITENS PARA AVALIAÇÃO	ITEM OBRIGATÓRIO	APROVADO	
			SIM	NÃO
2.7.1.2	O formulário de resposta deverá permitir a realização de uploads de arquivos.	X		
2.7.1.3	O formulário possui caixa de texto inserção da resposta.	X		
2.7.1.4	A resposta enviada pelo contador é visualizada no módulo de gestão de resposta do usuário (fiscal/auditor).	X		
2.4.1.5	Na lista de contribuintes notificados, o sistema indica aqueles que já apresentaram resposta como "RESPONDIDO" e aqueles que não apresentaram resposta como "NÃO RESPONDIDO".			
2.7.1.6	O sistema proporciona ao usuário o envio de uma contrarresposta, a uma resposta enviada pelo contador, ou permite dá baixa no sistema da questão relativa àquele contribuinte, segundo cada notificação especificada nos itens de 6.6.3 a 6.6.15, da presente Prova de Conceito.	X		
2.7.2	<b>Após acessar um contribuinte que enviou uma resposta, a tela do módulo apresenta, além da reposta enviada e/ou arquivos anexados, os seguintes dados/funcionalidades:</b>			
2.7.2.1	Data e hora do envio da notificação			
2.7.2.2	Número do protocolo gerado para o contador.	X		
2.7.2.3	Visualização e/ou impressão da notificação enviada			
2.7.2.4	Possibilidade de atualização do e-mail do contador e reenvio da notificação	X		
2.7.2.5	Possibilidade de registrar no sistema a resposta do contador enviado por outros meios, como e-mail e protocolo geral da prefeitura (resposta em papel).	X		
2.8	<b>EMISSION DE RELATÓRIOS</b>			
2.8.1	<b>O sistema deverá disponibilizar os seguintes relatórios:</b>			
2.8.1.1	Relatório cadastral dos contribuintes			
2.8.1.2	Listagem simplificada dos contribuintes ativos			
2.8.1.3	Listagem dos contadores responsáveis pelos contribuintes do município			
2.8.1.4	Listagem de contribuintes apresentando VAF atual, VAF Ano Base anterior ao exercício logado, diferença absoluta e relativa.	X		
2.8.1.5	O relatório citado no item 2.8.1.4 da presente Prova de Conceito, o sistema permite a escolha de qualquer retorno do exercício para geração desse relatório.			
2.8.1.6	Evolução do Valor Adicionado Fiscal - VAF total ao longo dos vários retornos do exercício. Tabela e gráfico. O relatório apresenta, ainda, o VAF total apurado do ano anterior, bem como, do índice obtido naquele ano.			
2.8.1.7	<b>Listagem de contribuintes notificados contendo:</b>			
2.8.1.7.1	Tipo de notificação	X		
2.8.1.7.2	Data	X		
2.8.1.7.3	Hora	X		
2.8.1.7.4	Usuário	X		
2.8.1.8	<b>Notificações expedidas contendo:</b>			
2.8.1.8.1	Remetente			

Nº	ITENS PARA AVALIAÇÃO	ITEM OBRIGATÓRIO	APROVADO	
			SIM	NÃO
2.8.1.8.2	Destinatário			
2.8.1.8.3	Data			
2.8.1.8.4	Hora			
2.8.1.8.5	Usuário responsável pelo envio.			
2.8.1.9	Listagem dos créditos externos recebidos, apresentando comparativo com o Ano Base anterior ao exercício logado, para aqueles coincidentes.	X		
2.8.1.9.1	O sistema permite a escolha de qualquer retorno do exercício para geração do relatório a que se refere o item 2.8.1.9 da presente Prova de Conceito.	X		
2.8.1.10	Quantitativos de contribuintes por regime de tributação, apresentando para cada regime o VAF TOTAL apurado.			
2.8.1.11	<b>Relatório da Gestão das Respostas, considerando:</b>			
2.8.1.11.1	Contribuinte	X		
2.8.1.11.2	Data			
2.8.1.11.3	Tipo de notificação			
2.8.1.12	Relatório apresentando os contribuintes com declarações (DAMEF SEF-MG) que se encontram SEM MOVIMENTAÇÃO, caso existam. Neste relatório deverá também apresentar uma indicação de que a EFD ICMS-IPI, carregada e processada no sistema, possui ou não movimentação.			
2.8.1.13	Relatório apresentando o cruzamento COMPLETO da DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO. O cruzamento deverá levar em conta todos os campos das Entradas, Saídas, Exclusões e Detalhamentos.	X		
2.8.1.14	<b>Relatório de NFE's Emissão Própria – Origem pessoa física fornecedora de Produtos/Mercadorias.</b>			
2.8.1.14.1	O sistema, após o processamento dos arquivos da EFD, deverá ser capaz de gerar um relatório contendo valores das NFE's de emissão própria do contribuinte, referentes a aquisição de produtos/mercadorias oriundos de pessoa física (NFE's de entradas – emissão própria).	X		
2.8.1.14.2	O relatório deverá conter IE, CNPJ, Razão Social, Segmento, CNAE, Valor Total da soma das NFE's de emissão própria e o Valor Total a ser creditado para o município cliente.	X		
2.8.1.14.3	O relatório, ainda, necessitará conter um submenu, que deverá apresentar, como origem, o município da pessoa física fornecedora dos produtos à pessoa jurídica, e o Valor Total por Município. O submenu deverá conter uma opção de geração dos dados de forma analítica em tela e com possibilidade de exportação para planilha eletrônica, contendo os seguintes dados: a) Chave da NFE; b) CFOP; c) Valor contábil; d) Número do documento; e) Data de emissão.	X		
2.8.1.14.4	Além dos dados mencionados acima, o sistema deverá contar com uma funcionalidade, que permita a consulta direta, através da chave da NFE, ao portal da	X		

Nº	ITENS PARA AVALIAÇÃO	ITEM OBRIGATÓRIO	APROVADO	
			SIM	NÃO
	Nota Fiscal eletrônica ENCAT/RFB: ( <a href="https://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/principal.aspx">https://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/principal.aspx</a> ).			
<b>3</b>	<b>ÍNDICE DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO</b>			
<b>3.1</b>	<b>IMPORTAÇÃO DE ARQUIVOS</b>			
<b>3.1.1</b>	<b>Carregamento das bases de dados primários, conforme apontado na resolução. Essas bases de dados deverão ser obtidas diretamente dos órgãos responsáveis por elas:</b>			
<b>3.1.1.1</b>	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – SIMAVE;	X		
<b>3.1.1.2</b>	Censo Escolar – INEP;	X		
<b>3.1.1.3</b>	Demais bases do INEP conforme Resolução Conjunta SEE/FJP;	X		
<b>3.2</b>	<b>PARAMETRIZAÇÃO E ANÁLISE</b>			
<b>3.2.1</b>	Auxílio na análise dos resultados do ano corrente, definição de estratégias para preenchimento do censo escolar e análise específica sobre desempenho – PROALFA e PROEB;	X		
<b>3.2.2</b>	<b>Detalhamento do Índice consolidado da qualidade da Educação podendo definir o tipo o gráfico, o Ranking no exercício anterior e exercício corrente, análise de ganho ou perdas de posições e identificando:</b>			
<b>3.2.2.1</b>	Índice de Desempenho Escolar (IDE): comparativo ranking entre o exercício corrente e o anterior e posicionamento entre o maior e o menor repasse do Estado.	X		
<b>3.2.2.2</b>	Índice de Rendimento Escolar (IRE): comparativo ranking entre o exercício corrente e o anterior e posicionamento entre o maior e o menor repasse do Estado.	X		
<b>3.2.2.3</b>	Índice de Atendimento Escolar (IAE): comparativo ranking entre o exercício corrente e o anterior e posicionamento entre o maior e o menor repasse do Estado.	X		
<b>3.2.2.4</b>	Índice de Gestão Escolar (IGE): comparativo ranking entre o exercício corrente e o anterior e posicionamento entre o maior e o menor repasse do Estado.	X		
<b>3.2.2.5</b>	O menu deverá apresentar também quadro contendo o histórico apresentando o ano de aplicação, índice de desempenho, rendimento, atendimento, gestão e consolidado e respectivamente a relação em porcentagem de crescimento ou queda com o período anterior. Tais informações podem ser extraídas por csv ou pdf.	X		
<b>3.3</b>	<b>CADASTRO DE USUÁRIOS</b>			
<b>3.3.1</b>	<b>A ferramenta de administração do sistema permite definir usuários autorizados com permissões de acesso contendo pelo menos dois níveis hierárquicos:</b>			
<b>3.3.1.1</b>	Administrador: acesso a todas as funções, incluindo cadastro de usuários.			
<b>3.3.1.2</b>	Fiscal/Auditor: acesso às funções de operação.			
<b>3.4</b>	<b>REQUISITOS FUNCIONAIS</b>			

Nº	ITENS PARA AVALIAÇÃO	ITEM OBRIGATÓRIO	APROVADO	
			SIM	NÃO
3.4.1	Menu apresentando o detalhamento e comparativo entre o exercício anterior e exercício corrente de cada Dimensão (IDE, IRE, IAE e IGE).			
3.4.1.1	Os menus deverão apresentar também quadro contendo o histórico apresentando o ano de aplicação, índice de desempenho, rendimento, atendimento, gestão e consolidado e respectivamente a relação em porcentagem de crescimento ou queda com o período anterior. Tais informações podem ser extraídas por .csv ou . pdf.	X		
3.4.1.2	Cada índice que compõe as dimensões deve conter detalhamento definindo o item, nível, exercício e diferença entre exercícios.	X		
3.5	ANÁLISE DOS DADOS			
3.5.1	Cruzamento dos resultados obtidos, com uso de tecnologias computacionais por parte da contratada, com aqueles publicados pela Fundação João Pinheiro – FJP. Apontamento das possíveis diferenças.	X		
3.5.2	Gráfico Comparativo entre índices permitindo a definição de até 3 municípios para apresentação do gráfico.	X		
3.5.3	Tabela Comparativa entre índices permitindo a definição de até 3 municípios para apresentação da Tabela.	X		
3.5.4	Tabela Comparativa entre índices contendo todos os municípios do estado. A Tabela deverá apresentar o município, o índice publicado no exercício anterior e no exercício corrente, a variação percentual, o ranking do exercício atual e corrente além da diferença no ranking.	X		
3.5.5	Árvore de Classificação apresentando o conjunto de observações de dados, dividindo em diferentes grupos com base em características relevantes, pormenorizando os itens de composição de cada dimensão do Índice de Qualidade da Educação.	X		



Documento assinado eletronicamente por **Lincoln Tadeu Cardoso, Secretário**, em 12/06/2026, às 14:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.santaluzia.mg.gov.br/autenticidadesei> informando o código verificador **0369784** e o código CRC **764F01E9**.